



ESTADO DE RONDÔNIA
CAMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDONIA
PODER LEGISLATIVO

Parecer Jurídico nº 313/2022

Referência: Projeto de Resolução nº 003/CMPR/2022

Autoria: Legislativo Municipal

Ementa: "DISCIPLINA E AUTORIZA O PODER LEGISLATIVO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA, A CESSÃO GRATUITA E USO DE BENS AO PODER EXECUTIVO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA."

1. RELATÓRIO

Trata-se de demanda encaminhada à Assessoria Jurídica dessa Casa, visando análise e parecer quanto a legalidade do Projeto de Resolução nº 003/CMPR/2022, cujo qual visa autorizar o Poder Legislativo, a ceder de forma gratuita e por tempo indeterminado, uma motocicleta Honda/NXR.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. CONSIDERAÇÕES INICIAS

Oportuno lembrar que este parecer é opinativo, tratando-se de uma análise que limita-se, apenas, ao aspecto formal do pleito em questão, não tendo a pretensão de averiguar os aspectos discricionários da oportunidade e conveniência, da mesma forma que não compete à assessoria jurídica posicionar-se em relação aos aspectos econômicos do caso.

2.2. DO PROJETO DE RESOLUÇÃO

Preliminarmente, cumpre destacar que a resolução consiste no instrumento normativo adequado ao objeto em exame, no entendimento doutrinário o jurista Hely Lopes Meirelles afirma que "resolução é deliberação do plenário sobre matéria de sua exclusiva competência e de interesse interno da Câmara, sendo promulgada por seu presidente. Não é lei, nem simples ato administrativo: é deliberação políticoadministrativa. Obedece ao processo legislativo da elaboração das leis, mas não se sujeita a sanção e veto do Executivo." (in Direito Municipal Brasileiro. 16ª ed., p. 674, São Paulo, Malheiros, 2008).



ESTADO DE RONDÔNIA
CAMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDONIA
PODER LEGISLATIVO

Os bens públicos integrantes do patrimônio da Câmara de Vereadores são bens na verdade do próprio Município que compõem a fazenda pública. Entretanto, pelas determinações legais, a título de controle patrimonial e responsabilização pela guarda, conservação e utilização, dentro do âmbito da Administração Pública Municipal, imprescindível se faz a sua explícita titularidade.

Portanto, quanto a modalidade legislativa escolhida, não vislumbra-se óbice no prosseguimento da resolução.

Contudo, em análise ao referido dispositivo torna-se necessário tecer alguns apontamentos a serem corrigidos no projeto, à saber:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 003/CMPR/2022

DISCIPLINA E AUTORIZA O
PODER LEGISLATIVO DE
PRIMAVERA DE RONDÔNIA, A
CESSÃO GRATUITA E USO DE
BENS AO PODER EXECUTIVO DE
PRIMAVERA DE RONDÔNIA.

Tem por objetivo, disciplinar a cessão de uso de bens tipo mesa de escritório, de propriedade do Poder Legislativo, para uso do Poder Executivo do Município de Primavera de Rondônia.

Considerando o disposto no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, que compete ao Município legislar sobre assunto de interesse local, e;

O referido projeto não tem o condão de ceder bens tipos mesa de escritório, tão pouco está direcionada ao Executivo, mas sim para o SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE, portanto, recomendamos adequação.

Isto posto, considerando que o projeto de resolução apresentado não guarda em seu seio qualquer vício no tocante à sua legalidade, é possível concluir que o referido projeto coaduna com os preceitos legais dito alhures. Sendo assim, esta assessoria opina pela sua viabilidade, devendo tão somente ser adequada a redação acima citada.



ESTADO DE RONDÔNIA
CAMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDONIA
PODER LEGISLATIVO

3. CONCLUSÃO

À vista do exposto, sob a ótica legal desta assessoria, não se vislumbra impedimento à tramitação do Projeto de Resolução nº 003/CMPR/2022.

Porto Velho, 25 de maio de 2022.

Leonardo Falcão Ribeiro
OAB/RO 5.408